

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA/CE.
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.00.010 TP**

Regido pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 e Legislação Complementar (e suas alterações posteriores)

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados que em sua sala, na sede, na Rua Manoel de Souza, 215, Centro, Itaitinga/CE, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço e regime de execução indireto, para atendimento do objeto desta licitação, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações posteriores, legislações pertinentes e demais condições fixadas neste Edital.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) com instalação e configuração de computadores da rede interna, e fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica de até 9.100 MBPS com redundância via rádio enlace ponto a ponto de até 100 MBPS do município de Itaitinga/CE, conforme especificações e quantidades constantes do projeto básico, Anexo I, deste Edital.

Unidades Administrativas: Gabinete do Prefeito; Procuradoria Geral do Município; Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Agricultura, Pesca e Pecuária; Secretaria de Segurança e Trânsito; Secretaria de Esporte e Juventude; Secretaria de Cultura e Turismo; Secretaria do Trabalho e Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; Secretaria de Controladoria e Ouvidoria; Secretaria de Administração; Secretaria de Finanças; Fundo Municipal de Previdência Social;

Critério de Julgamento: Menor Preço Global/Lote

Modalidade: Tomada de Preços

Data e Horário da Abertura: 24 de Novembro de 2022, às 09h:00min.

Na data, hora e local indicados neste Edital a Comissão Permanente de Licitação receberá dos participantes deste certame, simultaneamente, 02 (dois) envelopes, sendo:

Envelope nº 1. Documentos de Habilitação;

Envelope nº 2. Proposta de Preços.

1.0. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) com instalação e configuração de computadores da rede interna, e fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica de até 9.100 MBPS com redundância via rádio enlace ponto a ponto de até 100 MBPS do município de Itaitinga/CE, conforme especificações e quantidades constantes do projeto básico, Anexo I, deste Edital.

1.2. Constituem Anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

1.2.1. Anexo I - Minuta da Proposta de Preços;

1.2.2. Anexo II – Minuta Contratual;

1.2.3. Anexo III – Declaração de Idoneidade;

1.2.4. Anexo IV – Declaração em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1990, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

1.2.5. Anexo V – Projeto Básico;

2.0. DAS CONDIÇÕES E DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente certame licitatório pessoa jurídica devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal de Itaitinga ou que atenda a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada o objeto da licitação e qualificação necessária.

2.1.1. Não poderá participar pessoa jurídica com falência decretada, em processo de recuperação judicial, declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2.1.2. Não será admitida a participação de interessados sob a forma de consórcio ou que sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si.

2.1.3. Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta licitação somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

2.1.4. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.

2.1.5. A interessada em participar da licitação deverá apresentar proposta para o objeto que compõe o Anexo I;

2.1.6. Não será admitido o encaminhamento de documentos de habilitação/proposta de preços por meio eletrônico ou similar, sendo admitido a via postal, desde que apresentada em tempo hábil, contudo, a Comissão de Licitação não se responsabilizará pela entrega em local diverso do local da realização do certame.

2.1.7. Após o recebimento dos envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, nem retificações de preços ou condições.

2.1.8. O recebimento dos envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra a Prefeitura Municipal de Itaitinga.

2.2. A observância das vedações é de inteira responsabilidade da licitante, que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

2.3. O extrato deste instrumento convocatório será publicado em jornal de grande circulação, no Diário Oficial do Município e permanecerá afixado no quadro de Avisos da Municipal de Itaitinga e sua cópia poderá ser obtida junto à Comissão de Licitação, na Rua Manoel de Souza, 215, Centro, Itaitinga/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas, mediante o pagamento do custo de reprodução gráfica, ou gratuitamente no site oficial do município e no portal das licitações “www.licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas”.

2.4. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, nem desobrigam a sua execução.

3.0. DA APRESENTAÇÃO DOS “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” E DA “PROPOSTA DE PREÇOS”

3.1. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: “Documentos de Habilitação e de Proposta de Preços”.

3.1.1. Os conjuntos de documentos relativos à Habilitação e à Proposta de Preço deverão ser entregues separadamente, em envelopes opacos e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos (Documentos de Habilitação e Proposta de Preços), na forma dos incisos I e II a seguir:

I – Envelope contendo os relativos aos Documentos de Habilitação:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA/CE.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº _____.

OBJETO: _____.

ENVELOPE 01 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

IDENTIFICAÇÃO/CNPJ

II – Envelope contendo os relativos a Proposta de Preços:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA/CE.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº _____.

OBJETO: _____.

ENVELOPE 02 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

IDENTIFICAÇÃO/CNPJ

4.0. DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 4.1. Os envelopes “Documentos de Habilitação” e “Propostas de Preços” deverão ser entregues na Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE, localizada na Rua Manoel de Souza, 215, Centro, Itaitinga/CE, na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.
- 4.2. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do expresso no item 4.1. e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.
- 4.3. A abertura dos envelopes “Proposta de Preços” será feita no mesmo local indicado no preâmbulo, em data e hora a serem comunicados com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.4. Na sessão de abertura dos envelopes “Documentos de Habilitação” poderão ser abertos os envelopes “Proposta de Preços”, se, presentes os prepostos de todas as licitantes, desistirem expressamente do interpor recursos de decisões referentes à fase de habilitação, nos termos do art. 43, inc. III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.5. A licitante que se fizer representar deverá apresentar documento, credenciando seu representante para tal fim, considerando-o com poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, exceto os expressamente vedados, devendo esse expediente ser entregue pelo próprio preposto.
- 4.6. Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante procuração pública ou particular com firma reconhecida, para se manifestar em seu nome, procurações estas com identificação do número do processo licitatório e endereçada a Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE, sob pena de não representação.
- 4.7. Somente o representante credenciado poderá usar da palavra, apresentar reclamações e assinar Atas, bem como renunciar ao direito de interpor recurso.
- 4.8. As licitantes deverão apresentar por escrito as manifestações que julgarem necessárias as quais serão anexadas às Atas de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

5.0. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 5.1. As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de Imprensa Oficial, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes — Documentação:
- 5.2. Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Itaitinga, dentro do prazo de validade e compatível com o objeto da licitação.
- 5.3. Relativos à Habilitação Jurídica:
- 5.3.1 Registro Comercial, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- 5.3.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- 5.3.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- 5.3.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- b) Documento de identidade com foto do(s) sócio(s).
- 5.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:



- a) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF, Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Contribuições Sociais nos termos das alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
- b.1) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e,
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.4.1.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata e Contrato ou revogar a licitação.

5.5. Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:

5.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.

5.5.1.1. Caso a empresa licitante utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado também pela Junta Comercial, conforme entendimento constante no Parecer nº 13/2017 de 22 de agosto de 2017, da lavra do Procurador Autárquico da Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC.

5.5.1.2. No caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;

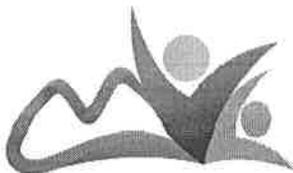
5.5.1.3. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que forem optantes pelo simples nacional deverão apresentar declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/206, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e documento emitido por órgão oficial que se enquadram na condição de ME ou EPP.

5.5.1.4. A não apresentação de documentos descritos no item anterior não tornará a licitante inabilitada, entretanto, a licitante não poderá fazer uso dos benefícios descritos na LC 123/2006.

5.5.2. Certidão negativa de feitos sobre recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

5.5.3. Garantia de 1% (um) por cento do valor global estimado da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAITINGA
— Construindo novos caminhos —



5.5.3.1. Será exigido do(s) licitante(s), junto com os demais documentos exigidos na habilitação, e seus subitens do Edital, a apresentação de prova de garantia de sua respectiva proposta, no percentual de 1% (um) por cento, do valor global estimado da contratação descrito neste projeto básico, nos termos do artigo 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93, que deverá ser entregue juntamente com os demais documentos de habilitação, no respectivo envelope.

5.5.3.2. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
- b) seguro-garantia.
- c) fiança bancária.

5.5.3.3. Optando por caução em dinheiro, o comprovante de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, devidamente pago, o original ou cópia autenticada em nome da Prefeitura Municipal de Itaitinga, sito na Rua Manoel de Souza, 215, Centro, Itaitinga/CE, o qual deverá ser anexado aos documentos de habilitação, ou ainda o depósito/transfêrencia bancária (Agência nº 3.880-6, Conta Corrente nº 138.620-4, Banco do Brasil).

5.5.3.3.1. Somente serão aceito depósito/transfêrencia bancária de forma identificada em nome da licitante, sendo vedado garantia em forma de cheque/envelope.

5.5.3.4. Caso a modalidade de garantia recaia em títulos da dívida pública, deverá ser apresentado em original o qual deverá ser anexado aos documentos de habilitação.

5.5.3.5. Os títulos da dívida pública devem estar acompanhados, obrigatoriamente, de documento emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que atestará a sua validade, exequibilidade e avaliação de resgate atual, e das seguintes comprovações:

- a) Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registro no balanço patrimonial da licitante.
- b) Apresentar documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título (realizada até seis meses anteriores a data marcada para apresentação da dita garantia), conforme parâmetros definido pelo Ministério da Fazenda.
- c) Serão aceitos apenas e tão somente títulos com vencimentos passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade da proposta de preços.
- d) Presumem-se como autênticos os títulos oferecidos pela licitante, reservando-se a Prefeitura Municipal de Itaitinga o direito de averiguar a sua autenticidade. Em se constatando indícios de fraude, se obriga a oferecer denúncia ao Ministério Público.

5.5.3.6 Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento no original ou cópia autenticada, fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

5.5.3.6.1. Beneficiário: Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE.

5.5.3.6.2. Objeto: Garantia da participação na Tomada de Preços nº _____.

5.5.3.6.3. Valor: 1% (um por cento) do valor global estimado da licitação.

5.5.3.6.4. Prazo de validade: mínimo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua apresentação.

5.5.4. Caso a modalidade de garantia seja seguro-garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data do recebimento dos envelopes.

5.5.6. A garantia de manutenção de proposta será liberada até 5 (cinco) dias úteis após esgotada as fases de habilitação (Documentos de Habilitação) ou de classificação (Propostas Comerciais), para as empresas inabilitadas ou desclassificadas, ou após a adjudicação, exceto para a vencedora da licitação, que será liberada no mesmo prazo, após a data de assinatura de Contrato.

5.5.7. Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pela Licitante, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, por meio da aplicação da Caderneta de Poupança, calculada “*pro rata die*”.

5.5.8. A garantia da proposta poderá ser executada:

- a) se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma.
- b) se o licitante não firmar o contrato.

5.6. Relativos à Qualificação Técnica:

- Da Qualificação Técnica-Operacional

a) Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatíveis com o objeto da licitação. Em se tratando de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá vir com firma reconhecida do assinante;

a.1) O atestado de capacidade técnica deverá apresentar a descrição dos serviços prestados, número do processo e contrato, nome e cargo da pessoa que assinou, prazo, comprovando a boa qualidade dos serviços prestados, bem como se foram cumpridos os prazos e obrigações assumidas.

a.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (Acórdão 1.214/2013-TCU).

b) Inscrição da licitante no Conselho Regional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, acompanhado da certidão de regularidade;

c) Apresentar termo de autorização para exploração dos serviços de “Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, emitido pela ANATEL (exclusivo para o Lote 01);

d) Conforme inciso III, do art. 30 da Lei 8.666/93, comprovação, fornecida pelo próprio licitante/empresa, que esta recebeu os documentos, e, de que tomou conhecimento de todas as informações técnicas, obrigacionais e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

- Da Qualificação Técnica-Profissional:

e) Declaração da licitante, que dispõe de instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

f) Declaração, caso seja vencedora da presente licitante, para fins de contratação, que manterá da sede da Contratante, estrutura física compatível, profissionais e equipamentos adequados e necessários a todas as obrigações assumidas e estabelecidas conforme Projeto Básico e demais condições do Edital;

g) Indicação de no mínimo 02 (dois) profissionais, sendo 01 (um) profissional de nível superior na área de TI e/ou áreas afins com registro no Conselho Regional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e 01 (um) profissional de nível médio na área de TI e/ou áreas afins com registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, todos acompanhados da certidão de regularidade, capacitados, que se responsabilizarão pelos trabalhos, e comprovação de vínculo profissional com a empresa/licitante, com compromisso de participação dos profissionais indicados pela licitante para a equipe técnica, no qual os mesmos declarem que participaram, permanentemente, a serviços da licitante, dos serviços objeto desta licitação.

g.1) A comprovação de vinculação da equipe técnica ao quadro permanente da licitante será feita:

g.1.1) Para sócio, mediante a apresentação do estatuto social/contrato social e seus aditivos.

g.1.2) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada junto ao órgão competente.

g.1.3) Se os profissionais integrantes da equipe técnica não forem sócios e/ou diretores da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços devidamente assinado e celebrado na forma da lei.

g.1.4) Os profissionais indicados para a equipe técnica deverão participar permanentemente dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que autorizada pela Administração.

5.7. Das Demais Declarações:

a) declaração de que encontra-se idônea para contratar com o Poder Público (Anexo III).

b) declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores (Anexo IV).

5.8. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

- 5.8.1. A certidão que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão;
- 5.9. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital, salvo os casos previstos quanto as prerrogativas de ME ou EPP (LC 123/2006).
- 5.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Presidente da Comissão de Licitação poderá suspender a sessão, informando nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 5.11. Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.
- 5.12. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, grampeados ou encadernados e/ou numerados na ordem prevista neste Edital.
- 5.13. A Comissão de Licitação não autenticará cópias de documentos exigidos neste Edital.
- 5.14. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ preferencialmente, e com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:
- 5.14.1. Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- 5.14.2. Se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou; se o licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.
- 5.14.3. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da Matriz.

6.0. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. O envelope Proposta de Preços deverá conter a relação do objeto, sua discriminação conforme o edital, contendo os seus respectivos preços em algarismos, em uma única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel devidamente identificado com o número de inscrição no CNPJ, nome do representante legal, e timbre impresso do licitante, devendo suas folhas ser rubricadas e numeradas, dela constando, obrigatoriamente:
- 6.1.1. Preço unitário, total e global;
- 6.1.2. A identificação, telefone, e-mail e endereço do licitante;
- 6.1.3. Indicação do prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.1.4. O Prazo de execução dos serviços: até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.
- 6.1.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 6.1.6. As Propostas de Preços serão consideradas de acordo com o Anexo I deste Edital, expressa em Real (R\$), em algarismos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, estada, deslocamentos de pessoal, toda a infraestrutura, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da licitação.
- 6.1.7. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo a Comissão fazer as anotações necessárias.
- 6.1.8. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste instrumento e total sujeição às legislações pertinentes.
- 6.1.9. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece o estatuto da licitação pública.

6.1.10. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

6.1.11. Não serão admitidos preços ofertados a nível simbólico, irrisório ou igual ao valor zero.

6.1.12. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, ou ainda, apresentem preços manifestamente inexequíveis.

6.1.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto a seu mérito, a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condição de pagamento ou quaisquer outras que importem em modificações dos seus termos originais.

7.0. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1. A presente Licitação na modalidade Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.2. Recebidos os envelopes “1 - Documentos de Habilitação, “2 – Proposta de Preços”, proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação.

7.3. Em seguida será dado vistas dos documentos aos licitantes para que rubriquem e procedam, se quiserem, ao exame e se utilizem das faculdades outras previstas na Lei.

7.4. Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei de Licitações, salvo desistência expressa, fará a devolução dos envelopes proposta de preços lacrados aos inabilitados.

7.5. Abertura das propostas de preços das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes.

7.6. Divulgação do resultado do julgamento da proposta de preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, salvo desistência expressa.

7.7. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

7.8. Após a execução dos envelopes pelos licitantes não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

7.9. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão de Licitação, constarão obrigatoriamente da respectiva Ata.

7.10. É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

7.11. Será lavrada Ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de Licitações.

7.12. Não havendo possibilidade de apreciação imediata da documentação, a Comissão suspenderá os trabalhos e divulgará o resultado, de habilitação e/ou de classificação, nos meios de imprensa que a Prefeitura Municipal de Itaitinga dispuser, na forma da lei.

8.0. DO JULGAMENTO (PROPOSTAS DE PREÇO)

8.1. Para o julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante, menor preço global/lote desde que observadas às especificações e outras estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

8.2. Será desclassificada a proposta que:

8.2.1. Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório.

8.2.2. Apresente preço simbólico de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no art. 44 e art. 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2.3. Apresente preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.

8.2.4. Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidade ou defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento.

8.2.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á nos termos do § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93.

8.2.6. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme instrumento convocatório, serão adotados os seguintes procedimentos:

8.2.7. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que o valor apurado das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.2.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte, utilizando-se o direito de desempate, deverá abster-se do uso desta prerrogativa caso a sua receita bruta anual já tenha excedido, no ano calendário anterior, o valor de que trata o inciso II do § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de nulidade e das responsabilidades cabíveis

8.2.9. Na análise da (s) proposta (s) não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

8.2.10. No julgamento da (s) proposta (s), a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

8.2.11. A Comissão de Licitação poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9.0. DA ADJUDICAÇÃO

9.1. A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida a ordem classificatória, após ultrapassado o prazo recursal.

10.0. DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. O contrato a ser firmado com a licitante adjudicatária em regime de preço global e incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

10.2. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia da data da sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93

10.3. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e/ou o disposto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

10.3.1. O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

a) Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

b) Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

10.3.2. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

10.3.3. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

10.3.4. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

10.3.5. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

10.3.6. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;



10.3.7. Os reajustes poderão ser formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

11.0. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal.

11.1.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

11.2. O objeto será atestado e pago pela Prefeitura Municipal de Itaitinga nos prazos e na forma estabelecidos na minuta do Termo de Contrato.

11.3. O pagamento será efetuado, em até o 30º (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da nota fiscal, diretamente pela Prefeitura Municipal de Itaitinga.

11.4. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

12. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

12.1. Os serviços deverão ser executados a critério da Contratada, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

12.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar.

12.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

12.4. Os serviços de acesso à internet serão recebidos:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes até o 3º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, assim por servidor designado pela Administração;

b) Definitivamente, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, condicionado ao recebimento da nota fiscal, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

12.4.1. O recebimento definitivo do(s) serviço(s) não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente

12.4.2. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões sendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13.0. DAS PENALIDADES

13.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

13.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante).

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Itaitinga, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

13.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 13.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

13.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

II - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.7. A licitante adjudicatária que se recusar injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 03 (três), dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.8. As sanções previstas no item 13.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

14.0. DA RESCISÃO

14.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

14.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

14.3. Os procedimentos de rescisão contratual, determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

14.3.1. Não caberá recurso quando a rescisão contratual for amigável, devendo a mesma ser apenas autorizada e justificada pela autoridade competente.

14.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licitações.

15.0. DOS RECURSOS

15.1. Das decisões da Comissão de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, após a divulgação dos resultados nos meios de imprensa que a Prefeitura Municipal de Itaitinga dispuser, na forma da lei.

15.2. Quaisquer recursos a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, dirigidos ao Presidente da Comissão de Licitação, devendo ser protocolizados na sala da Comissão de Licitações.

15.3. Na hipótese de utilização do e-mail, os originais deverão ser protocolizados na sala da Comissão de Licitação em até 03 (três) dias corridos da recepção do instrumento de recurso, sob pena de não acolhimento.

15.4. A Prefeitura Municipal de Itaitinga não se responsabilizará por recursos endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do indicado, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

15.5. Interposto recurso, dele será dada ciência às licitantes, através de publicação nos órgãos de imprensa que a Prefeitura Municipal de Itaitinga dispuser, na forma da Lei, que poderão impugná-lo no prazo previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

15.6. A impugnação aos termos do instrumento convocatório poderá ser interposta por qualquer cidadão ou licitante nos prazos estabelecidos no artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93, dirigida à Comissão de Licitação.

15.7. O poder de representação do signatário do instrumento de recurso ou das impugnações aos recursos e aos termos do instrumento convocatório deverá ser comprovado.

16.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

16.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

16.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das notas fiscais/faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

17.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta.

17.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.

17.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.5. Designar no mínimo (dois) profissionais qualificados para atendimento as demandas da Administração, como responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, o qual também deverá ser dotado de experiência, suficiente na condução dos trabalhos.

17.6. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da execução dos serviços.

17.7. A Contratada deverá atender ao chamado da Contratante, quantas vezes forem necessárias, em no máximo 04 (quatro) horas, contados da comunicação do defeito ao início da manutenção corretiva e deverá concluir os serviços em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, salvo-se por motivo de caso fortuito ou força maior, justificado e aceito pela Administração que impeça a Contratada de realizar os serviços no prazo determinado.

17.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, transporte, taxas, encargos, seguros, decorrentes do fornecimento dos materiais/serviços, sem qualquer ônus para a Contratante.

17.9. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo do contrato, de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.



- 17.10. Substituir às suas expensas, todo e qualquer serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu desempenho dentro do prazo de validade.
- 17.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a execução dos serviços.
- 17.12. Responsabilizar-se pela fiel realização dos serviços no prazo estabelecido.
- 17.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.
- 17.14. Disponibilizar meios eficientes de comunicação (endereço eletrônico, telefone e outros), que possibilitem fácil contato com a Administração;
- 17.15. Fornecer, quando autorizado pela Unidade Administrativa, peças e/ou componentes, executar a instalação dos mesmos e outros materiais, igualmente aos utilizados pelo fabricante do equipamento ou similar.
- 17.16. Atender os chamados da Administração conforme prazo determinado no Projeto Básico, bem como atender as todas as disposições contidas no Projeto Básico, Edital e Proposta de Preços;
- 17.17. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, bem como, devidamente uniformizados e munidos de equipamentos necessários ao desempenho eficiente dos serviços, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 17.18. Responsabilizar-se por todas as despesas trabalhistas dos seus funcionários que executarem os serviços de manutenção dos equipamentos do Contratante.
- 17.19. Atender ao chamado das Secretarias no prazo de até 02 (duas) horas para atendimentos de emergência, quando for o caso.
- 17.20. Como horário de atendimento deverá ser considerado o horário de funcionamento da Administração, observado os dias e horários de expediente.
- 17.21. Realizar as manutenções preferencialmente no local e, não havendo a possibilidade, deverá levar o equipamento até o laboratório próprio na sede da empresa e entregá-lo no mesmo local de origem.
- 17.22. As retiradas de equipamentos deverão ser documentadas pela Contratante e devidamente assinadas pela Contratada;
- 17.23. A Contratada se responsabilizará pelo deslocamento e recuperação dos equipamentos e por sua devolução.
- 17.24. A Contratada se responsabilizará com toda e qualquer despesa com seus técnicos, incluindo deslocamento e alimentação.
- 17.25. A Contratada será responsável também pelo fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos necessários à manutenção, instalação e configuração de equipamentos, bem como a garantia dos serviços conforme disposições no Código de Defesa do Consumidor e e demais legislações.

18.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no respectivo orçamento municipal, inerentes à Secretaria contratante sob as seguintes dotações orçamentárias nº - Gabinete do Prefeito: 0201.04.122.0021.2.023.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Procuradoria Geral do Município: 0301.04.122.0021.2.137.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Administração: 0401.04.122.0021.1.032.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Finanças: 0501.04.123.0022.2.037.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Infraestrutura: 0701.15.122.0251.2.039.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Cultura e Turismo: 0801.04.122.0021.2.140.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano: 0901.18.122.0021.2.051.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de

terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.0000.00; Secretaria de Agricultura, Pesca e Pecuária: 1001.04.122.0021.2.045.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.0000.00; Secretaria de Esporte e Juventude: 1101.04.122.0021.2.138.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.0000.00; Secretaria de Educação: 1201.12.122.0171.2.071.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.1001.00; Secretaria de Saúde: 1301.10.122.0111.2.089.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.0000.00; Secretaria do Trabalho e Assistência Social: 1401.08.122.0071.2.106.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.0000.00; Fundo Municipal de Previdência Social: 1501.09.272.0100.2.141.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.802.0000.00; Secretaria de Controladoria e Ouvidoria. 1601.04.122.0007.2.152.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.0000.00; Secretaria de Segurança e Trânsito: 1801.04.182.0032.2.035.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.0000.00.

19.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse da Prefeitura Municipal de Itaitinga, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

19.2. É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Itaitinga, Autarquias, Licitantes Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Itaitinga, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, ou por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

19.3. A homologação da presente Licitação será feita pela autoridade competente, conforme disposto no artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

19.4. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas com relação a este Edital e seus anexos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, nos termos da legislação pertinente.

19.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste certame na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

19.6. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

19.7. Para análise da documentação ou proposta, a Comissão de Licitação poderá promover diligência junto aos licitantes para fins de esclarecimentos, cujos documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

19.8. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação ou desclassificação da licitante.

19.9. Se o licitante considerado vencedor deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pela Prefeitura Municipal de Itaitinga, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

19.10. As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas *por escrito* em até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes, a Comissão de Licitação, localizada na Rua Manoel de Souza, 215, Centro, Itaitinga/CE, no horário de 08:00 às 17:00 horas.

19.11. A Comissão de Licitação não concederá tolerância após a hora marcada para o início da licitação.

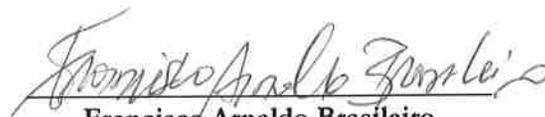
19.12. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, fica assegurado a autoridade competente:

19.12.1. Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente Tomada de Preços, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente;

19.13. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica participante do certame, visando a obter informações e aferir *in loco* a infraestrutura da empresa/licitante.

19.14. Fica eleito o foro da Comarca de Itaitinga, Estado do Ceará, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Itaitinga CE, 07 de Novembro de 2022



Francisco Arnaldo Brasileiro
Presidente da Comissão de Licitação

**ANEXO I – MINUTA DE PROPOSTA
TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.00.010 TP**

Ao Sr. Presidente da Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE.

Através do presente, declaro, inteira submissão aos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e, às cláusulas e condições previstas no edital de Tomada de Preços nº _____, com data de abertura marcada para o dia ___ de _____ de 2022, às 08:30 horas, na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Manoel de Souza, 215, Centro, Itaitinga/CE.

Declaro, ainda, que caso seja vencedor do presente certame que cumprirei com diligência a fiel observância de execução do (s) objeto abaixo discriminado (s):

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) com instalação e configuração de computadores da rede interna, e fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica de até 9.100 MBPS com redundância via rádio enlace ponto a ponto de até 100 MBPS do município de Itaitinga/CE, conforme especificações e quantidades constantes do projeto básico, Anexo I, deste Edital

Lote ____					
Item	Especificações	Unid.	Qtd.	R\$ VI. Unitário	R\$ VI. Total
Valor Global do Lote ____: R\$ _____ (_____)					

Declaramos ainda que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, tarifas custos e demais encargos que incidam sobre os serviços prestados.

Identificação:

Endereço:

CNPJ nº

Cidade:

Representante Legal:

E-mail:

Validade da Proposta:

Prazo de Execução Contratual: de acordo com o Edital

Data:

Identificação



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.00.010 TP**

CONTRATO Nº _____

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE ITAITINGA, ATRAVÉS DA
_____ E A EMPRESA _____, PARA O
FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

O Município de Itaitinga/CE, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Ordenador de Despesas, Sr. _____, abaixo assinado e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº _____, sito a _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____ (*qualificação*), portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, resolvem firmar o presente contrato, como especificado na cláusula primeira, em conformidade com o Processo Licitatório nº _____, na modalidade Tomada de Preços nº _____, do tipo menor preço, regime de execução indireto, empreitada por preço global, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas e no processo administrativo nº _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) com instalação e configuração de computadores da rede interna, e fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica de até 9.100 MBPS com redundância via rádio enlace ponto a ponto de até 100 MBPS do município de Itaitinga/CE, conforme especificações e quantidades constantes do projeto básico, Anexo I do Edital, sendo: (conforme planilha de preços).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

3.1. A Contratante pagará a Contratada o valor global R\$ _____ (_____).

3.2. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e/ou o disposto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

3.2.1. O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

- Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;
- Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

3.2.2. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

3.2.3. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.



3.2.4. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

3.2.5. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

3.2.6. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

3.2.7. Os reajustes poderão ser formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

4. DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

4.1. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia da data da sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária: _____. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00. Fonte de Recursos: ____, recursos oriundos do próprio município.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão realizados após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal.

6.1.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

6.2. O objeto será atestado e pago, pela Prefeitura Municipal de Itaitinga nos prazos e na forma estabelecidos no Contrato.

6.3. O pagamento será efetuado, em até o 30 (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da nota fiscal, diretamente pela Prefeitura Municipal de Itaitinga.

6.4. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

7. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

7.1. Os serviços deverão ser executados a critério da Contratada, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

7.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar quanto à execução dos serviços.

7.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

7.4. Os serviços de acesso à internet serão recebidos:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes até o 3º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, assim por servidor designado pela Administração;

b) Definitivamente, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, condicionado ao recebimento da nota fiscal, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

7.4.1. O recebimento definitivo do(s) serviço(s) não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente

7.4.2. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões sendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

8.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação.

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante).

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de , por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

8.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 8.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

8.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

8.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 8.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

9.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

9.3. Os procedimentos de rescisão contratual, determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

9.3.1. Não caberá recurso quando a rescisão contratual for amigável, devendo a mesma ser apenas autorizada e justificada pela autoridade competente.

9.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

10.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

10.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das notas fiscais/faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta.

11.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.

7.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.5. Designar no mínimo (dois) profissionais qualificados para atendimento as demandas da Administração, como responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, o qual também deverá ser dotado de experiência, suficiente na condução dos trabalhos.

11.6. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da execução dos serviços.

11.7. A Contratada deverá atender ao chamado da Contratante, quantas vezes forem necessárias, em no máximo 04 (quatro) horas, contados da comunicação do defeito ao início da manutenção corretiva e deverá concluir os serviços em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, salvo-se por motivo de caso fortuito ou força maior, justificado e aceito pela Administração que impeça a Contratada de realizar os serviços no prazo determinado.

11.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, transporte, taxas, encargos, seguros, decorrentes do fornecimento dos materiais/serviços, sem qualquer ônus para a Contratante.

11.9. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo do contrato, de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

11.10. Substituir às suas expensas, todo e qualquer serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu desempenho dentro do prazo de validade.

11.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a execução dos serviços.

11.12. Responsabilizar-se pela fiel realização dos serviços no prazo estabelecido.

- 11.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.
- 11.14. Disponibilizar meios eficientes de comunicação (endereço eletrônico, telefone e outros), que possibilitem fácil contato com a Administração;
- 11.15. Fornecer, quando autorizado pela Unidade Administrativa, peças e/ou componentes, executar a instalação dos mesmos e outros materiais, igualmente aos utilizados pelo fabricante do equipamento ou similar.
- 11.16. Atender os chamados da Administração conforme prazo determinado no Projeto Básico, bem como atender as todas as disposições contidas no Projeto Básico, Edital e Proposta de Preços;
- 11.17. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, bem como, devidamente uniformizados e munidos de equipamentos necessários ao desempenho eficiente dos serviços, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.18. Responsabilizar-se por todas as despesas trabalhistas dos seus funcionários que executarem os serviços de manutenção dos equipamentos do Contratante.
- 11.19. Atender ao chamado das Secretarias no prazo de até 02 (duas) horas para atendimentos de emergência, quando for o caso.
- 11.20. Como horário de atendimento deverá ser considerado o horário de funcionamento da Administração, observado os dias e horários de expediente.
- 11.21. Realizar as manutenções preferencialmente no local e, não havendo a possibilidade, deverá levar o equipamento até o laboratório próprio na sede da empresa e entregá-lo no mesmo local de origem.
- 11.22. As retiradas de equipamentos deverão ser documentadas pela Contratante e devidamente assinadas pela Contratada;
- 11.23. A Contratada se responsabilizará pelo deslocamento e recuperação dos equipamentos e por sua devolução.
- 11.24. A Contratada se responsabilizará com toda e qualquer despesa com seus técnicos, incluindo deslocamento e alimentação.
- 11.25. A Contratada será responsável também pelo fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos necessários à manutenção, instalação e configuração de equipamentos, bem como a garantia dos serviços conforme disposições no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

13.1. As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que na execução do instrumento convocatório é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

13.1.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

13.1.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

13.1.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do instrumento convocatório, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

13.1.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou,

13.1.5. De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº _____, Tomada de Preços nº _____, que lhe deu causa, para cuja execução exigirá-se a rigorosa obediência ao Edital e seus anexos, a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e a proposta de preços da Contratada, parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itaitinga/CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro - estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, perante 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, que também o subscrevem.

Itaitinga/CE, _____ de _____ de _____

Contratante

Contratado (a)

Testemunhas:

01. _____
Nome:
CPF:

02. _____
Nome:
CPF:

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.00.010 TP**

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na cidade de _____, estado do _____, sito a _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, que não foi declarada inidônea e que não existem fatos supervenientes junto a Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE, que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório, comprometendo-se, ainda, a comunicar imediatamente qualquer eventual penalidade administrativa que venha a sofrer, por qualquer ente público, após a habilitação no presente certame licitatório, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data:

Representante Legal

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.00.010 TP**

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na cidade de _____, estado do _____, sito a _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação na licitação na modalidade Tomada de Preços nº _____, atendendo ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, em cumprimento ainda ao que determina o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei nº 9.854, de 27/10/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Data:

Representante Legal

ANEXO V – PROJETO BÁSICO TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.00.010 TP

1. DO OBJETO

1.1. Processo licitatório, sob a modalidade Tomada de Preços, Tipo Menor Preço Global/Lote, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) com instalação e configuração de computadores da rede interna, e fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica de até 9.100 MBPS com redundância via rádio enlace ponto a ponto de até 100 MBPS do município de Itaitinga/CE.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática tem por objetivo manter todos os equipamentos em condições normais de funcionamento, evitando e corrigindo problemas que possam degradar o serviço, permitindo a operação contínua e ininterrupta.

2.2 A necessidade crescente de integração digital entre os diferentes órgãos da Administração Municipal, bem como a necessidade recorrente de alimentar sistemas integrados ao Governo Federal, faz com que a entrega de BANDA (medida em bits por segundo), a continuidade do serviço e a qualidade do meio físico do fornecimento de internet banda larga tornem-se fatores importantes na decisão de atender e/ou conectar algumas unidades da administração com fibra óptica e com dupla abordagem via rádio enlace, portanto, serviços essenciais a Administração Pública e a operacionalização dos diversos serviços sob os quais estariam comprometidos a sua execução.

3. ESTIMATIVA PRÉVIA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços têm custos estimados em R\$ 842.799,61 (oitocentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos).

4. PRAZOS DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia da data da sua assinatura por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

4.1. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, a contar da emissão da ordem de serviço.

5. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

5.1. Do local da execução dos serviços: na circunscrição do Município, nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE, conforme Projeto Básico.

ANEXO AO PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

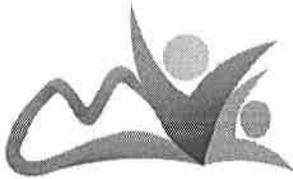
1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) com instalação e configuração de computadores da rede interna, e fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica de até 9.100 MBPS com redundância via rádio enlace ponto a ponto de até 100 MBPS do município de Itaitinga/CE, conforme especificações e quantidades constantes do projeto básico.

1.1.1. Da Descrição detalhada dos serviços:

1.1.1.1. Das Unidades Administrativas e do Fornecimento de Banda Larga de Internet:

Lote 01 – Fornecimento de Banda Larga e Instalação					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	VL. Médio R\$	VL. Total R\$
01	Fornecimento de Internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 800 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender o Gabinete do Prefeito;	Mês	12	4.178,67	50.144,04
02	Gabinete do Prefeito Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica, incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (03 Pontos);	Serv.	03	1.330,44	3.991,32
03	Fornecimento de Internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 200 MBPS para download e 50% upload e IP público válido para atender a Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano;	Mês	12	1.044,67	12.536,04
04	Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica, incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (01 Ponto);	Serv.	01	898,51	898,51
05	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 400 MBPS para download e 50% upload e IP público válido para atender a Secretaria de Infraestrutura;	Mês	12	2.089,33	25.071,96
06	Secretaria de Infraestrutura Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica, incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (01 Ponto);	Serv.	01	883,33	883,33
07	Fornecimento de Internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 200 MBPS para download e 50% upload e IP público válido para atender a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca;	Mês	12	1.044,67	12.536,04
08	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica, incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (01 Ponto);	Serv.	01	898,33	898,33
09	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 600 MBPS para download e 50% upload e IP público	Mês	12	3.134,00	37.608,00

B



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAITINGA
— Construindo novos caminhos —



	válido para atender a Secretaria de Segurança e Trânsito;				
10	Secretaria de Segurança e Trânsito Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (05 Pontos);	Serv.	05	883,33	4.416,65
11	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 200 MBPS para download e 50% upload e IP público válido para atender a Secretaria de Esporte e Juventude;	Mês	12	1.044,67	12.536,04
12	Secretaria de Esporte e Juventude Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica, incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (01 Ponto);	Serv.	01	886,67	886,67
13	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 350 MBPS para download e 50% upload e IP público válido para atender a Secretaria de Cultura e Turismo;	Mês	12	1.828,17	21.938,04
14	Secretaria de Cultura e Turismo Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (04 Pontos);	Serv.	04	863,33	3.453,32
15	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 850 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender a Secretaria de Trabalho e Assistência Social;	Mês	12	4.439,83	53.277,96
16	Secretaria de Trabalho e Assistência Social Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica, incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (9 Pontos);	Serv.	9	946,48	8.518,32
17	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 1.700 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender a Secretaria de Saúde;	Mês	12	8.879,67	106.556,04
18	Secretaria de Saúde Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica, incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (19 Pontos);	Serv.	19	929,30	17.656,70
19	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 1400 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender a Secretaria de Educação;	Mês	12	7,312,67	87.752,04
20	Secretaria de Educação Prestação de serviço de instalação e configuração de de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação	Serv.	24	883,19	21.196,56

	- Pto. (24 Pontos);				
21	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 500 MBPS para download e 50% upload e IP público válido para atender a Secretaria de Controladoria e Ouvidoria;	Mês	12	2.611,67	31.340,04
22	Secretaria de Controladoria e Ouvidoria Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (01 Ponto);	Serv.	01	1.414,33	1.414,33
23	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 500 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender a Secretaria de Administração;	Mês	12	2.611,67	31.340,04
24	Secretaria de Administração Prestação de serviço de instalação e configuração de Internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (03 Pontos);	Serv.	03	1.080,55	3.241,65
25	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 500 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender a Secretaria de Finanças;	Mês	12	2.611,67	31.340,04
26	Secretaria de Finanças Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (03 Pontos);	Serv.	03	1.138,89	3.416,67
27	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 300 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender a Procuradoria Geral do Município;	Mês	12	2.233,67	26.804,04
28	Procuradoria Geral do Município Prestação de serviço de instalação e configuração de Internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (01 Ponto);	Serv.	01	1.521,67	1.521,67
29	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e velocidade de 500 MBPS para download e 50% upload, com redundância via rádio enlace ponto-a-ponto de até 100 MBPS e IP público válido para atender a Fundo Municipal de Previdência Social;	Mês	12	2.611,67	31.340,04
30	Fundo Municipal de Previdência Social; Prestação de serviço de instalação e configuração de internet banda larga, com roteador wi-fi mesh IEEE 802.11, com lançamento de cabo de fibra óptica: incluindo fusões e/ou conexão em ponto de terminação - Pto. (03 Pontos);	Serv.	03	1.127,78	3.383,34
VALOR MÉDIO TOTAL LOTE 01 R\$					647.897,77

Lote 02 - Manutenção da Rede Interna e Manutenção da Rede WIFI					
Item	Descrição	Unid	Qtd.	VL. Médio R\$	VL. Total R\$
01	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender o Gabinete do Prefeito;	Mês	12	718,73	8.624,75
02	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano.	Mês	12	407,75	4.893,00
03	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Infraestrutura;	Mês	12	440,77	5.289,24
04	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca;	Mês	12	432,96	5.195,52
05	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Segurança e Trânsito;	Mês	12	972,08	11.664,96
06	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Esporte e Juventude.	Mês	12	413,15	4.957,80
07	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Cultura e Turismo.	Mês	12	905,44	10.865,28
08	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria do Trabalho e Assistência Social;	Mês	12	1.703,92	20.447,04
09	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Saúde;	Mês	12	3.209,60	35.515,20
10	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Educação;	Mês	12	3.897,61	46.771,32
11	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Controladoria e Ouvidoria;	Mês	12	426,36	5.116,32
12	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Administração;	Mês	12	756,56	9.708,72
13	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Secretaria de Finanças	Mês	12	742,15	8.905,80
14	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Procuradoria Geral do Município;	Mês	12	405,96	4.871,40
15	Serviços de manutenção dos equipamentos da rede cabeada e serviços de manutenção dos equipamentos wireless de 2,4 GHz e 5,8 GHz para atender a Fundo Municipal de Previdência;	Mês	12	808,79	9.705,48
VALOR MÉDIO TOTAL LOTE 02 R\$					194.901,84

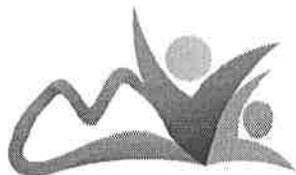
Os serviços têm custos estimados em R\$ 842.799,61 (oitocentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos).



1.1.1.2. Dos Pontos de Entrega com Atendimento em Fibra Óptica

Gabinete do Prefeito				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
01	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Gabinete do Prefeito	Av. Cel Virgílio Távora, 1710, Parque Antônio Miguel, Itaitinga.	400
02	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Licitação	Rua Manoel de Souza, s/n, Centro, Itaitinga.	400
Procuradoria Geral do Município				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
03	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Procuradoria Geral do Município	Av. Cel Virgílio Távora, 1710, Parque Antônio Miguel, Itaitinga.	300
Secretaria de Administração				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
04	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria de Administração	Rua Manoel de Souza, s/n, Centro, Itaitinga.	400
05		Almoxarifado/Arquivo Central	Rua Manoel de Souza, s/n, Centro, Itaitinga.	100
Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
06	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	Rua Manoel de Souza, 547, Parque Genezará, Itaitinga.	200
Secretaria de Infraestrutura				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
07	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria de Infraestrutura	Rua Manoel Alves de Assis, 180, Parque Santo Antônio, Itaitinga.	400
Secretaria de Agricultura e Pecuária				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
08	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria de Agricultura e Pecuária	Av. Deputado Paulino Rocha, 7391, Caracanga, Itaitinga.	200
Secretaria de Esporte e Juventude				

Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
09	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria de Esporte e Juventude	R. Jonas Alves Barbosa, 01, Centro, Itaitinga.	200
Secretaria de Segurança e Trânsito				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
10	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria de Segurança e Trânsito	R. Valdir Lopes, s/n, Centro, Itaitinga.	200
11		Anexo 01 Posto Guarda Municipal Antônio Miguel	R. Jaime Monteiro, 146, Antônio Miguel, Itaitinga.	100
12		Anexo 02 Posto Guarda Municipal Lagoa de Dentro	R. Pedro Cavalcante, s/n, Lagoa de Dentro, Itaitinga.	100
13		Detran	Rua Manoel de Sousa, s/n, Centro, Itaitinga.	100
14		Base do Raio/Itaitinga	AV. Cel. Virgílio Távora, 1939, Antônio Miguel, Itaitinga.	100
Secretaria de Cultura e Turismo				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
15	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria de Cultura e Turismo	Rua Francisco Cordeiro de Oliveira, s/n, Centro, Itaitinga.	200
16		Biblioteca Pública José Soares	Rua Nair Sátiro, s/n, Centro, Itaitinga.	50
17		Biblioteca Comunitária Laura Barros	Rua Lourival Tavares, s/n, Carapió, Itaitinga.	50
18		Biblioteca Pública Alto do Bode	Rua Denise Ferreira Luz, Itaitinga.	50
Secretaria de Controladoria Ouvidoria				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
19	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Secretaria de Controladoria e Ouvidoria	Rua Manoel de Souza, s/n, Centro, Itaitinga.	500
Secretaria de Trabalho e Assistência Social				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
20	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público	Secretaria de Trabalho e Assistência Social	Rua Boa Esperança, 81, Ponta da Serra, Itaitinga.	400



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAITINGA
— Construindo novos caminhos —



21	válido.	Bolsa Família	Boa Esperança, 209, Ponta da Serra, Itaitinga.	100
22		CRAS Angorá	Rua Waldemberg Albuquerque 02, Angorá, Itaitinga.	50
23		CRAS Barroção/Parque Dom Pedro	Rua F, 461, Parque Dom Pedro, Itaitinga.	50
24		CRAS Jabuti	Av. Dep. Paulino Rocha, 1001, Jabuti, Itaitinga.	50
25		CREAS	R. Clárice Assunção, 08, Centro, Itaitinga.	50
26		Casa dos Conselhos	R. Miguel Fernandes, s/n, Centro, Itaitinga.	50
27		Conselho Tutelar	Av. Cel. Virgílio Távora, 1761, Santo Antônio, Itaitinga.	50
28		SINE	Rua Manoel de Souza, s/n, Centro, Itaitinga.	50

Secretaria de Saúde

Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
29	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Unidade Básica de Saúde Laís Assunção Silva	Rua Conjunto Habitar Brasil nº 1, Riachão, Itaitinga.	50
30		Unidade Básica de Saúde Moisés Pereira da Silva	Av. Lídia Alves Cavalcante, 1529, Itaitinga.	50
31		Unidade Básica de Saúde Carapió	Rodovia Edson Queiroz, s/n, Carapió, Itaitinga.	50
32		Unidade Básica de Saúde Gereraú	Av. 13 de Maio, s/n, Gereraú, Itaitinga.	50
33		Unidade Básica de Saúde - SEDE	Rua Alfredo Rodrigues de Sousa, s/n, Centro, Itaitinga.	50
34		Unidade Básica de Saúde Ocupação	Rua Projetada, s/n, Ocupação, Itaitinga-CE.	50
35		Unidade Básica de Saúde Maria Tavares de Oliveira - Barroção	Rua Neo Florêncio, s/n, Barroção, Itaitinga.	50
36		Unidade Básica de Saúde Parque Dom Pedro	Rua G, 980, Parque Dom Pedro, Itaitinga.	50
37		Unidade Básica de	Rua Paulo Birico, s/n, Jabuti,	50

		Saúde Jabutí	Itaitinga.	
38		Unidade Básica de Saúde Ancuri	Av C, s/n, Ancuri, Itaitinga.	50
39		Unidade Básica de Saúde Caracanga	Av. Manuel Cavalcante, s/n, Caracanga, Itaitinga.	50
40		Unidade Básica de Saúde Parque Genezaré	R. José Doroteu de Lima, 392, Itaitinga.	50
41		Endemias	R. Rodolfo Pereira Cavalcante, 33, Centro, Itaitinga.	100
42		Zoonoses	R. Francisco Cordeiro de Oliveira, 680, Centro, Itaitinga.	100
43		CIRI/SAD	R. Lídia Alves Cavalcante, 141, Itaitinga.	200
44		Base SAMU Itaitinga	R. Cel. Virgílio Távora, 1880, Centro, Itaitinga.	50
45		Secretaria de Saúde	R. Ester C. Assunção, Centro, Itaitinga.	400
46		Hospital Municipal Ester Cavalcante Assunção	R. Ester C. Assunção - Centro, Itaitinga.	200
47		CAPS	R. Joaquim Pereira da Silveira, 247, Itaitinga.	50

Secretaria de Educação

Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
48	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	E.E.F Dona Conceição	Rua Dr. Manoel Sátiro, 132, Parque Genezaré, Itaitinga.	50
49		E.E.F.M Valmique Sampaio de Albuquerque	Rua Josmo Gurguel de Araújo, 1256, Centro, Itaitinga.	50
50		E.E.F Henrique Gonçalves da Justa	Rua Sebastião Cajueiro, 797, Jabutí, Itaitinga.	50
51		E.E.F Lídia Alves Cavalcante	Rua Carlos da Costa Carmo, S/N, Parque Santo Antônio, Itaitinga.	50
52		E.E.F Elias de Sousa	Rua José Rodrigues Pereira, 137, Parque Genezaré, Itaitinga.	50
53		E.E.F Francisca Morais Ferrer	Rua Parque das Flores, 500, Ancuri, Itaitinga.	50
54		E.E.F Francisca	Rua Avenida Cel. Antônio Ferreira,	50

		Ferreira Siqueira	440, Gereraú, Itaitinga.	
55		E.E.F Francisco Sales Filho	Rua Denise Ferreira, 290, Jabutí, Itaitinga.	50
56		E.E.F Galdino Assunção Filho	Rua Laura de Sousa 33, Riachão, Itaitinga.	50
57		E.E.F Geraldo Batista de Lima	Rua Jaime Monteiro, 146, Parque Antônio Miguel, Itaitinga.	50
58		E.E.F Jardim de Fátima	Rua Pereira Coutinho, s/n, Barroço, Itaitinga.	50
59		E.E.F Manoel Ferreira Gomes	Rua D, 636, Parque Dom Pedro, Itaitinga.	50
60		E.E.F Manuel Machado	Rua João Florindo Rodrigues 101, Vila, Machado, Itaitinga.	50
61		E.E.F Manoel Novais de Oliveira	Rdo Edson Queiroz 3205, Carapió, Itaitinga.	50
62		E.E.F Manoel Rodrigues de Paiva	Rdo Deputado Paulino Rocha, s/n, Caracanga, Itaitinga.	50
63		E.E.F Professora Laura da Costa Lima	Rua Francisco Alves França, 486, Parque Santo Antônio, Itaitinga.	50
64		E.E.F Santa Terezinha	Avenida Lídia Alves Cavalcante, 2022, Ponta da Serra, Itaitinga.	50
65		E.E.F Horacio Alves	R. Cruzeiro do Sul, 612, Vila Nova, Itaitinga.	50
66		Creche Francisca de Assunção Ribeiro	Rua Altina David da Silva, 100, Angorá, Itaitinga.	50
67		Creche Gervásio Queiroz Marinho	Rua Francisco Custódio, s/n, Ancuri, Itaitinga.	50
68		CEI Maria Tavares Cavalcante	Rua Cândido Meireles, 1098, Taveira, Itaitinga.	50
69		CEI Rita Laureano do Santos	Rua Amélia de Sousa, s/n, Centro, Itaitinga.	50
70		Creche Recanto do Saber	Rua José Honório Ferreira, 360, Centro, Itaitinga.	50
71		Creche Carlos de Albuquerque Lima	Rua João Carlos Roberto Nunes, 101, Ponta da Serra, Itaitinga.	50
Secretaria Finanças				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
72	Fornecimento de internet banda larga com	Secretaria de Finanças	Rua Manoel de Souza, s/n, Centro,	500

	atendimento em fibra óptica e IP público válido.		Itaitinga.	
Fundo Municipal de Previdência Social				
Item	Especificação	Órgão	Endereço de Entrega	Velocidade MBPS
73	Fornecimento de internet banda larga com atendimento em fibra óptica e IP público válido.	Fundo Municipal de Previdência Social	Rua Aurélio Bentes Teixeira, 361, Centro, Itaitinga.	400

1.1.1.1.1. Das Especificações Técnicas do Fornecimento de Internet Banda Larga

- a) O objeto deste contrato consiste em solução de comunicação de dados via Link de Fibra Óptica e com dupla abordagem via Rádio enlace.
- b) A solução de comunicação de dados via Link de Fibra Óptica deverá ser implementada, utilizando-se fibra óptica ao longo de todo o circuito de Link.
- c) Todos os roteadores ou outros equipamentos ativos instalados pela Contratada nas dependências da Prefeitura Municipal de Itaitinga e demais órgãos da Administração deverão suportar o padrão IEEE 802.11, oferece solução MESH através da tecnologia Wi-Fi, compatível com IPv6, IPv6/PPPoE e ainda permitir as configurações de parâmetros de qualidade (QoS).
- d) O preço do Mbps (Megabit por segundo) deverá se manter, no caso de uma eventual solicitação de UPGRADE.
- e) Os links de acesso com redundância à Internet fornecidos pela Contratada deverão possuir rotas físicas completamente distintas e independentes, de ponta a ponta, garantindo que não existam pontos únicos de falha.
- f) A Contratada deverá ser um AS (Autonomous System) do protocolo BGP (Border Gateway Protocol) registrado.
- g) Comprovar conexão (peer) no Ponto de Troca de Tráfego (PTTs) de Fortaleza ou de região próxima;
- h) Os serviços incluíram a prestação de serviço de suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana ou das 8 (oito) às 20 (vinte) horas, nos dias úteis, salvo interrupções necessárias por ocasião de serviços de manutenção no sistema, falhas decorrentes da operação das empresas fornecedoras de energia elétrica e/ou das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações envolvidas direta ou indiretamente na prestação do serviço objeto do presente Contrato, caso fortuito e força maior, ou ainda, ações ou omissões de terceiros.
- i) A interrupção na prestação dos serviços, pelos motivos não relacionados no item anterior, que ultrapassarem tempo superior a 6 (seis) horas consecutivas, será descontado proporcionalmente os valores referentes a esse período de paralisação.

1.1.1.1.2. Da Manutenção Preventiva e Corretiva

- a) Nas atividades ligadas a manutenção da rede interna, inclui-se: infraestrutura de cabeamento (rack, switch, patch panel e etc) de acordo com as normas ABNT, instalação e configuração de equipamentos e suporte a toda rede wireless com manutenção, instalação e configuração de novos roteadores, pontos de acesso, rádios e antenas.
- b) A Contratada deverá disponibilizar, em horário comercial, um profissional técnico certificado em Redes de Comunicação, Redes de Computadores, Conectividade, Informática, ou outro equivalente, junto à Prefeitura Municipal de Itaitinga.
- c) Manutenção Preventiva: A manutenção preventiva tem a finalidade de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso. Obedecerá a uma rotina programada, uma vez ao mês, no período de 08 às 17h, em dias úteis ou em horários julgados convenientes nos fins de semana ou feriados, consistindo em:
 - Verificação técnica nos equipamentos que compõe o sistema;
 - Execução de ajustes, regulagens, limpeza interna, teste geral de funcionamento dos equipamentos, reparos em geral, remanejamentos, instalações e consertos de fiações.
- d) A Contratada realizará a primeira manutenção preventiva no primeiro mês de vigência do contrato, em data a ser definida pelo fiscal do contrato designado pelo Contratante.

- e) A Contratada terá o prazo máximo de 06 (seis) horas para concluir os serviços de manutenção preventiva.
- f) A empresa poderá solicitar prorrogação do prazo em virtude do grau de dificuldade para a realização da manutenção preventiva, desde que devidamente comprovado.
- g) Manutenção Corretiva: Aquela destinada a remover os defeitos ou falhas apresentadas pelos equipamentos que venham a comprometer o seu desempenho, compreendendo inclusive, ajustes e reparos necessários, remanejamento, instalações.
- h) A manutenção corretiva, dar-se-á através de solicitação do fiscal da Contratante, em dias úteis, dentro das possibilidades normais, no horário de expediente.
- i) Os chamados para manutenção corretiva, feitos pelo fiscal da Contratante, deverão ser atendidos quantas vezes forem necessárias.
- j) A abertura do chamado deverá ser feita através de telefone ou correio eletrônico fornecido pela Contratada.
- l) A Contratada deverá atender ao chamado da Contratante, quantas vezes forem necessárias, em no máximo 04 (quatro) horas, contados da comunicação do defeito ao início da manutenção corretiva e deverá concluir os serviços em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, salvo-se por motivo justo e justificado, aceito pela Administração que impeça a Contratada de realizar os serviços no prazo determinado.
- m) A empresa poderá solicitar prorrogação do prazo em virtude do grau de dificuldade em resolver o defeito apresentado pelo equipamento ou pela dificuldade na aquisição de peças ou componentes a serem substituídos, desde que devidamente comprovado.
- n) A Contratada deverá transcrever em formulário específico (relatório de atendimento ou ordem de serviço), o defeito apresentado, e outras observações que se fizerem necessárias e colher a assinatura do representante legal designado pela Contratante.
- o) Quando ocorrer, na execução dos serviços, a necessidade de substituição de peças e/ou componentes eletrônicos, a empresa contratada deverá apresentar orçamento prévio discriminando as peças e/ou componentes eletrônicos a serem substituídos, quantidade, preço unitário e total, para análise e autorização da Contratante, antes da execução dos serviços.
- p) O valor a ser pago referente aos serviços de manutenção será fixo, conforme o preço cotado na proposta do licitante. Quando houver substituição de peças e/ou componentes eletrônicos deverá ser emitida nota fiscal de produto no valor das peças e/ou componentes.
- q) Cabe ao Contratante o livre direito de realizar pesquisa de mercado, visando comparar os preços das peças e componentes eletrônicos a serem substituídos, podendo inclusive adquiri-los de outros fornecedores;
- r) A Contratada deverá propor à substituição dos componentes que apresentarem excessos de defeitos, considerando-se excessos a ocorrência de 03 (três) solicitações de manutenção corretiva para o mesmo componente num período de 30 (trinta) dias, contados a partir da primeira solicitação.
- s) Caso seja necessária a retirada do equipamento para fins de manutenção, a Contratada providenciará a imediata instalação de outro equipamento com as mesmas características, que poderá ser retirado quando da reinstalação, devidamente revisada e/ou recuperada.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1 A contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática tem por objetivo manter todos os equipamentos em condições normais de funcionamento, evitando e corrigindo problemas que possam degradar o serviço, permitindo a operação contínua e ininterrupta.

3.2 A necessidade crescente de integração digital entre os diferentes órgãos da Administração Municipal, bem como a necessidade recorrente de alimentar sistemas integrados ao Governo Federal, faz com que a entrega de BANDA (medida em bits por segundo), a continuidade do serviço e a qualidade do meio físico do fornecimento de internet banda larga tornem-se fatores importantes na decisão de atender e/ou conectar algumas unidades da administração com fibra óptica e com dupla abordagem via rádio enlace, portanto, serviços essenciais a Administração Pública o operacionalização dos diversos serviços sob os quais estariam comprometidos a sua execução.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1. Lei nº 8.666/93 e Legislação Complementar.



4.2. Modalidade – Tomada de Preços.

4.3. Regime de Execução: Indireto, Empreitada por Preço Global/Lote.

5. DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DO REAJUSTE

5.1. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia da data da sua assinatura por até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

5.2. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e/ou o disposto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

5.2.1. O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

a) Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

b) Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

5.2.2. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

5.2.3. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

5.2.4. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

5.2.5. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

5.2.6. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 01 (um) ano;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

5.2.7. Os reajustes poderão ser formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA CONTRATANTE

6.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

6.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual

6.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das notas fiscais/faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA CONTRATADA

7.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta.

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.

7.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.5. Designar no mínimo (dois) profissionais qualificados para atendimento as demandas da Administração, como responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, o qual também deverá ser dotado de experiência, suficiente na condução dos trabalhos.

7.6. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da execução dos serviços.



- 7.7. A Contratada deverá atender ao chamado da Contratante, quantas vezes forem necessárias, em no máximo 04 (quatro) horas, contados da comunicação do defeito ao início da manutenção corretiva e deverá concluir os serviços em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, salvo-se por motivo de caso fortuito ou força maior, justificado e aceito pela Administração que impeça a Contratada de realizar os serviços no prazo determinado.
- 7.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, transporte, taxas, encargos, seguros, decorrentes do fornecimento dos materiais/serviços, sem qualquer ônus para a Contratante.
- 7.9. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo do contrato, de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- 7.10. Substituir às suas expensas, todo e qualquer serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu desempenho dentro do prazo de validade.
- 7.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a execução dos serviços.
- 7.12. Responsabilizar-se pela fiel realização dos serviços no prazo estabelecido.
- 7.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.
- 7.14. Disponibilizar meios eficientes de comunicação (endereço eletrônico, telefone e outros), que possibilitem fácil contato com a Administração;
- 7.15. Fornecer, quando autorizado pela Unidade Administrativa, peças e/ou componentes, executar a instalação dos mesmos e outros materiais, igualmente aos utilizados pelo fabricante do equipamento ou similar.
- 7.16. Atender os chamados da Administração conforme prazo determinado no Projeto Básico, bem como atender as todas as disposições contidas no Projeto Básico, Edital e Proposta de Preços;
- 7.17. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, bem como, devidamente uniformizados e munidos de equipamentos necessários ao desempenho eficiente dos serviços, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.18. Responsabilizar-se por todas as despesas trabalhistas dos seus funcionários que executarem os serviços de manutenção dos equipamentos do Contratante.
- 7.19. Atender ao chamado das Secretarias no prazo de até 02 (duas) horas para atendimentos de emergência, quando for o caso.
- 7.20. Como horário de atendimento deverá ser considerado o horário de funcionamento da Administração, observado os dias e horários de expediente.
- 7.21. Realizar as manutenções preferencialmente no local e, não havendo a possibilidade, deverá levar o equipamento até o laboratório próprio na sede da empresa e entregá-lo no mesmo local de origem.
- 7.22. As retiradas de equipamentos deverão ser documentadas pela Contratante e devidamente assinadas pela Contratada;
- 7.23. A Contratada se responsabilizará pelo deslocamento e recuperação dos equipamentos e por sua devolução.
- 7.24. A Contratada se responsabilizará com toda e qualquer despesa com seus técnicos, incluindo deslocamento e alimentação.
- 7.25. A Contratada será responsável também pelo fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos necessários à manutenção, instalação e configuração de equipamentos, bem como a garantia dos serviços conforme disposições no Código de Defesa do Consumidor e e demais legislações.

8. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução, total ou parcial.

9. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1. Os serviços deverão ser executados a critério da Contratada, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

9.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar.

9.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

9.4. Os serviços de acesso à internet serão recebidos:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes até o 3º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, assim por servidor designado pela Administração;

b) Definitivamente, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, condicionado ao recebimento da nota fiscal, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

9.4.1. O recebimento definitivo do(s) serviço(s) não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente

9.4.2. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões sendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

10. DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

10.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

10.3. Os procedimentos de rescisão contratual, determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

10.3.1. Não caberá recurso quando a rescisão contratual for amigável, devendo a mesma ser apenas autorizada e justificada pela autoridade competente.

10.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licitações.

11. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal.

11.1.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

11.2. O objeto será atestado e pago pela Prefeitura Municipal nos prazos e na forma estabelecidos na minuta do Termo de Contrato.

11.3. O pagamento será efetuado, em até o 30º (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da nota fiscal, diretamente pela Prefeitura Municipal.

11.4. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

12.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação.
b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante).

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Itaitinga, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

12.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 12.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

12.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

12.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.7. A licitante adjudicatária que se recusar injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

12.8. As sanções previstas no item 12.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no respectivo orçamento municipal, inerentes à Secretaria contratante sob as seguintes dotações orçamentárias nº - Gabinete do Prefeito:

0201.04.122.0021.2.023.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Procuradoria Geral do Município: 0301.04.122.0021.2.137.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Administração: 0401.04.122.0021.1.032.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Finanças: 0501.04.123.0022.2.037.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Infraestrutura: 0701.15.122.0251.2.039.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Cultura e Turismo: 0801.04.122.0021.2.140.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano: 0901.18.122.0021.2.051.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Agricultura, Pesca e Pecuária: 1001.04.122.0021.2.045.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Esporte e Juventude: 1101.04.122.0021.2.138.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Educação: 1201.12.122.0171.2.071.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.1001.00; Secretaria de Saúde: 1301.10.122.0111.2.089.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria do Trabalho e Assistência Social: 1401.08.122.0071.2.106.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Fundo Municipal de Previdência Social: 1501.09.272.0100.2.141.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.802.0000.00; Secretaria de Controladoria e Ouvidoria: 1601.04.122.0007.2.152.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00; Secretaria de Segurança e Trânsito: 1801.04.182.0032.2.035.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, todos com recursos do próprio município. Fonte de recursos: 1.500.000.00.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de Imprensa Oficial, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes — Documentação:

14.2. Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Itaitinga, dentro do prazo de validade e compatível com o objeto da licitação.

14.3. Relativos à Habilitação Jurídica:

14.3.1 Registro Comercial, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

14.3.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

14.3.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser

a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

14.3.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Documento de identidade com foto do(s) sócio(s);

14.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF, Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Contribuições Sociais nos termos das alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei.

b.1) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e,

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.1.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata e Contrato ou revogar a licitação.

14.5. Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:

14.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.

14.5.1.1. Caso a empresa licitante utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado também pela Junta Comercial, conforme entendimento constante no Parecer nº 13/2017 de 22 de agosto de 2017, da lavra do Procurador Autárquico da Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC.

14.5.1.2. No caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;

14.5.1.3. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que forem optantes pelo simples nacional deverão apresentar declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/206, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e documento emitido por órgão oficial que se enquadram na condição de ME ou EPP.

14.5.1.4. A não apresentação de documentos descritos no item anterior não tornará a licitante inabilitada, entretanto, a licitante não poderá fazer uso dos benefícios descritos na LC 123/2006.

14.5.2. Certidão negativa de feitos sobre recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

14.5.3. Garantia de 1% (um) por cento do valor global estimado da contratação.

14.5.3.1. Será exigido do(s) licitante(s), junto com os demais documentos exigidos na habilitação, e seus subitens do Edital, a apresentação de prova de garantia de sua respectiva proposta, no percentual de 1% (um) por cento, do valor global estimado da contratação descrito neste projeto básico, nos termos do artigo 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93, que deverá ser entregue juntamente com os demais documentos de habilitação, no respectivo envelope.

14.6. Relativos à Qualificação Técnica:

- Da Qualificação Técnica-Operacional

a) Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatíveis com o objeto da licitação. Em se tratando de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá vir com firma reconhecida do assinante;

a.1) O atestado de capacidade técnica deverá apresentar a descrição dos serviços prestados, número do processo e contrato, nome e cargo da pessoa que assinou, prazo, comprovando a boa qualidade dos serviços prestados, bem como se foram cumpridos os prazos e obrigações assumidas.

a.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (Acórdão 1.214/2013-TCU).

b) Inscrição da licitante no Conselho Regional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, acompanhado da certidão de regularidade;

c) Apresentar termo de autorização para exploração dos serviços de “Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, emitido pela ANATEL (exclusivo para o Lote 01);

d) Conforme inciso III, do art. 30 da Lei 8.666/93, comprovação, fornecida pelo próprio licitante/empresa, que esta recebeu os documentos, e, de que tomou conhecimento de todas as informações técnicas, obrigacionais e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

- Da Qualificação Técnica-Profissional:

e) Declaração da licitante, que dispõe de instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

f) Declaração, caso seja vencedora da presente licitante, para fins de contratação, que manterá da sede da Contratante, estrutura física compatível, profissionais e equipamentos adequados e necessários a todas as obrigações assumidas e estabelecidas conforme Projeto Básico e demais condições do Edital;

g) Indicação de no mínimo 02 (dois) profissionais, sendo 01 (um) profissional de nível superior na área de TI e/ou áreas afins com registro no Conselho Regional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e 01 (um) profissional de nível médio na área de TI e/ou áreas afins com registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, todos acompanhados da certidão de regularidade, capacitados, que se responsabilizarão pelos trabalhos, e comprovação de vínculo profissional com a empresa/licitante, com compromisso de participação dos profissionais indicados pela licitante para a equipe técnica, no qual os mesmos declarem que participaram, permanentemente, a serviços da licitante, dos serviços objeto desta licitação.

g.1) A comprovação de vinculação da equipe técnica ao quadro permanente da licitante será feita:

g.1.1) Para sócio, mediante a apresentação do estatuto social/contrato social e seus aditivos.

g.1.2) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada junto ao órgão competente.

g.1.3) Se os profissionais integrantes da equipe técnica não forem sócios e/ou diretores da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços devidamente assinado e celebrado na forma da lei.

g.1.4) Os profissionais indicados para a equipe técnica deverão participar permanentemente dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que autorizada pela Administração.

14.7. Das Demais Declarações:

a) declaração de que encontra-se idônea para contratar com o Poder Público.

b) declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores.

14.8. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

14.8.1. A certidão que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão;

14.9. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital, salvo os casos previstos quanto às prerrogativas de ME ou EPP (LC 123/2006).

14.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Presidente da Comissão de Licitação poderá suspender a sessão, informando nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.11. Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

14.12. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, grampeados ou encadernados e/ou numerados na ordem prevista neste Edital.

14.13. A Comissão de Licitação não autenticará cópias de documentos exigidos neste Edital.

14.14. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ preferencialmente, e com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

14.14.1. Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

14.14.2. Se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou; se o licitante for à matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

14.14.3. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da Matriz.

15. DA GARANTIA DA PROPOSTA

15.1. Será exigido do(s) licitante(s), junto com os demais documentos exigidos no item 14.5, e seus subitens do Edital, a apresentação de prova de garantia de sua respectiva proposta, no percentual de 1% (um) por cento, do valor global estimado da contratação descrito neste projeto básico, nos termos do artigo 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93, que deverá ser entregue juntamente com os demais documentos de habilitação de que trata o item 14.5 e seus subitens deste Edital, no respectivo envelope.

15.2. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

b) seguro-garantia.

c) fiança bancária.

15.2.1. Optando por caução em dinheiro, o comprovante de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, devidamente pago, o original ou cópia autenticada em nome da Prefeitura Municipal de Itaitinga, sito na Rua Manoel de Souza, 215, Centro, Itaitinga/CE, o qual deverá ser anexado aos documentos de habilitação para fins

de comprovação do item 15.1, ou ainda o depósito/transferência bancária (Agência nº 3.880-6, Conta Corrente nº 138.620-4, Banco do Brasil).

15.2.1.1. Somente serão aceito depósito/transferência bancária de forma identificada em nome da licitante, sendo vedado garantia em forma de cheque/envelope, salvo, devidamente comprovada a liquidação através da Secretaria de Administração e Finanças.

15.2.2. Caso a modalidade de garantia recaia em títulos da dívida pública, deverá ser apresentado em original o qual deverá ser anexado aos documentos de habilitação.

15.2.2.1 Os títulos da dívida pública devem estar acompanhados, obrigatoriamente, de documento emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que atestará a sua validade, exequibilidade e avaliação de resgate atual, e das seguintes comprovações:

a) Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registro no balanço patrimonial da licitante;

b) Apresentar documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título (realizada até seis meses anteriores a data marcada para apresentação da dita garantia), conforme parâmetros definido pelo Ministério da Fazenda;

c) Serão aceitos apenas e tão somente títulos com vencimentos passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade da proposta de preços.

d) Presumem-se como autênticos os títulos oferecidos pela licitante, reservando-se a Prefeitura Municipal de Itaitinga o direito de averiguar a sua autenticidade. Em se constatando indícios de fraude, se obriga a oferecer denúncia ao Ministério Público.

15.2.3. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento no original ou cópia autenticada, fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

15.2.3.1. Beneficiário: Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE.

15.2.3.2. Objeto: Garantia da participação na Tomada de Preços nº _____.

15.2.3.3. Valor: 1% (um por cento) do valor global estimado da licitação.

15.2.3.4. Prazo de validade: mínimo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua apresentação.

15.2.4. Caso a modalidade de garantia seja seguro-garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data do recebimento dos envelopes.

15.3. A garantia de manutenção de proposta será liberada até 5 (cinco) dias úteis após esgotada as fases de habilitação (Documentos de Habilitação) ou de classificação (Propostas Comerciais), para as empresas inabilitadas ou desclassificadas, ou após a adjudicação, exceto para a vencedora da licitação, que será liberada no mesmo prazo, após a data de assinatura de Contrato.

15.4. Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pela Licitante, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, por meio da aplicação da Caderneta de Poupança, calculada "pro rata die".

15.5. A garantia da proposta poderá ser executada:

a) se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma.

b) se o licitante não firmar o contrato.